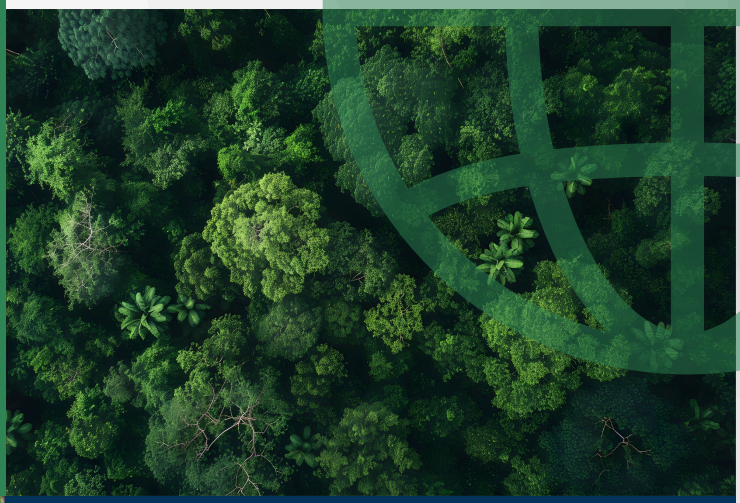
COP31 TÜRKİYE ANTALYA





Agropecuária Brasileira na COP31

CNA
SENAR
ICNA

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)

DIRETORIA EXECUTIVA

João Martins da Silva Junior
Presidente

Gedeão Silveira Pereira
1° Vice-Presidente

Antônio Pitangui de Salvo
2° Vice-Presidente

Humberto Miranda
1° Vice-Presidente de Finanças

Muni Lourenço Silva Júnior
2° Vice-Presidente de Finanças

Marcelo Bertoni
1º Vice-Presidente de Secretaria

José Amílcar de Araújo Silveira
2º Vice-Presidente de Secretaria

COMISSÃO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DA CNA

Muni Lourenço Silva Júnior
Presidente

Coordenação Técnica do Projeto
Bruno Barcelos Lucchi / Diretor Técnico
Maciel Aleomir da Silva / Diretor Técnico Adjunto
Nelson Ananias Filho / Coordenador de Sustentabilidade
Amanda Soares Roza / Assessora Técnica
Érico Melo Goulart / Assessor Técnico
Jaine Ariely Cubas / Assessora Técnica
Jordana Gabriel Sara Girardello / Assessora Técnica
Rodrigo Lima / Consultor
Rodrigo Justus / Consultor



Introdução

A **31ª Conferência das Partes (COP31) da Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC)**, que ocorrerá em novembro, em Antalya, na Turquia, acontece em um momento geopolítico conturbado, num cenário de guerras e risco de desabastecimento de insumos e alimentos, além de disputas comerciais, barreiras ambientais não tarifárias e crise logística e de energia. Nesse cenário, a COP31 busca consensos para implementar o Acordo de Paris, sob a presidência cooperativa da Turquia, que será o país-sede e responsável pela **Agenda de Ação**, e da Austrália, que liderará a agenda de negociações.

Agenda de Ação: Conjunto de iniciativas e ações voluntárias de governos, empresas, cidades, investidores e sociedade civil para acelerar a implementação dos compromissos climáticos.

Herdeira do legado da COP30 que, em Belém, consolidou a visão de que é preciso ampliar a ação climática de forma célere e alinhada as realidades e desafios dos países, a COP31 precisa ampliar os resultados de implementação. Na prática, isso se traduz no aumento dos recursos mobilizados e do acesso ágil ao financiamento climático, da capacidade de desenvolver projetos, da capacitação e cooperação, do comércio de tecnologias e dos produtos que incorporem menor pegada de carbono, dentre outros fatores estruturantes à real implementação do acordo.

Na agenda de agricultura, a COP30 permitiu, pela primeira vez, destacar o papel que as diferentes agriculturas desempenham diante dos impactos dos eventos climáticos extremos, visando encontrar formas de adaptação e permitindo fortalecer a produção de alimentos, fibras e energias renováveis necessárias para alcançar os desafios de segurança alimentar e energética.

Além disso, consolidou a participação do setor privado como ator central para gerar resultados de mitigação e de adaptação. Por meio da Agenda de Ação, foram definidas soluções que visam ampliar projetos que contribuem com o Acordo de Paris, como a Belém 4x Pledge on Sustainable Fuels[1] (Belém 4x), Resilient Agriculture Investment for net-Zero land degradation (RAIZ)[2] e o Integrated Forum on Climate Change and Trade (IFCCT)[3].

O Sistema CNA/Senar participou ativamente da realização da AgriZone, espaço inédito e fundamental para demonstrar, na prática, a diversidade dos sistemas produtivos tropicais e suas potencialidades em figurar como solução climática global. O espaço foi crucial para a discussão técnica dos temas caros ao setor agropecuário, visando o desenvolvimento

[1] https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/energia/english
[2] https://www.fao.org/food-agriculture-sustainable-transformation-partnership/flagship-programmes/raiz/call-to-action/en
[3] https://ifcct.org/

de novas soluções de mitigação e adaptação e o aumento da escala das práticas já adotadas.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) está integrada à agenda de mudanças climáticas há mais de 15 anos, partindo do reconhecimento de que a agricultura é seriamente afetada pelos eventos climáticos e oferece soluções necessárias para um sistema alimentar baseado em uma agropecuária mais produtiva, sustentada e sustentável, além de resiliente com baixa intensidade de emissões.

A presidência brasileira encerra-se na abertura da COP31, mas a agenda prioritária para o setor agropecuário brasileiro deverá ser resguardada nas rodadas de negociação lideradas pela nova presidência, para que os interesses dos produtores rurais brasileiros possam ser defendidos pelo Ministério das Relações Exteriores e demais representantes setoriais que se farão presentes na COP31. Neste sentido, a CNA consolida e unifica o posicionamento do setor agropecuário brasileiro, apresentando o documento de posição do setor, com propostas que buscam o avanço da agenda de negociações da COP31 e apresentam exemplos concretos que viabilizam a implementação da Agenda de Ação.



1. Agenda de Ação e Mapas do Caminho

A COP30 inaugurou uma nova fase das negociações no multilateralismo climático, com um foco ampliado para medidas de implementação. Nesse cenário, a Agenda de Ação ganha destaque na COP31 a medida em que propõe e divulga medidas concretas para a implementação da ação climática e inclui a sociedade no ambiente de negociações por meio de projetos e medidas já adotados no campo e nas cidades. Iniciativas paralelas à agenda de negociações, lideradas pela presidência da COP, também ganham destaque ao passo que reúnem países interessados em implementar medidas adicionais às negociadas pelas Partes.

Nesse sentido, a presidência da COP30 propôs a criação de dois **Mapas do Caminho**, que visam orientar os países e apoiar a identificação de ações prioritárias, o fortalecimento de capacidades institucionais e a mobilização de financiamento, respeitando circunstâncias nacionais, para a redução do uso de combustíveis fósseis e do desmatamento.



Mapas do caminho: Documentos que apresentam etapas e ações para alcançar determinados objetivos climáticos, indicando como avançar da situação atual até uma meta definida.

Durante a 64ª Reunião dos **Órgãos Subsidiários da UNFCCC**, realizada em Bonn, na Alemanha, a presidência da COP30 indicou que convidará os países a elaborarem seus próprios Mapas do Caminho, indicando estratégias para a redução do desmatamento com base em políticas, circunstâncias e iniciativas nacionais. Para o Brasil, **é fundamental destacar que a redução do desmatamento legal só poderá ser viabilizada por meio do financiamento da conservação da vegetação nativa**, gerando valor explícito para os recursos naturais das propriedades rurais sem penalizar o potencial produtivo de determinadas áreas privadas. Valorar efetivamente a conservação dessas áreas é um desafio considerável no país, e precisa ter espaço na estratégia de redução do desmatamento.



Órgãos Subsidiários da UNFCCC: Órgãos técnicos e de implementação que apoiam as negociações no âmbito da Convenção do Clima e do Acordo de Paris. Os principais são o SBSTA, sobre questões científicas e tecnológicas, e o SBI, sobre implementação.

Ao longo do processo, a CNA realizou contribuições para o Mapa do Caminho, **que podem ser acessadas no QR Code ao lado**. As propostas apresentadas pela CNA reconhecem o esforço do produtor rural brasileiro, que preserva áreas nativas dentro das propriedades, recupera áreas degradadas e investe em práticas sustentáveis para aumentar a produtividade com menor impacto ambiental.

Já na Agenda de Ação da COP31, a presidência identificou eixos prioritários, sendo os eixos de Segurança Alimentar e de Sinergia entre as Convenções do Rio (Clima, Biodiversidade e Desertificação) importantes para o Agro brasileiro. Além disso, a FAO e a Turquia lançaram a Turquoise Nexus Initiative, que visa a criação de um mecanismo global para integrar a transformação de sistemas alimentares, uso sustentável da água e adaptação climática.

O que esperamos da COP31: Agenda de Ação e Mapas do Caminho

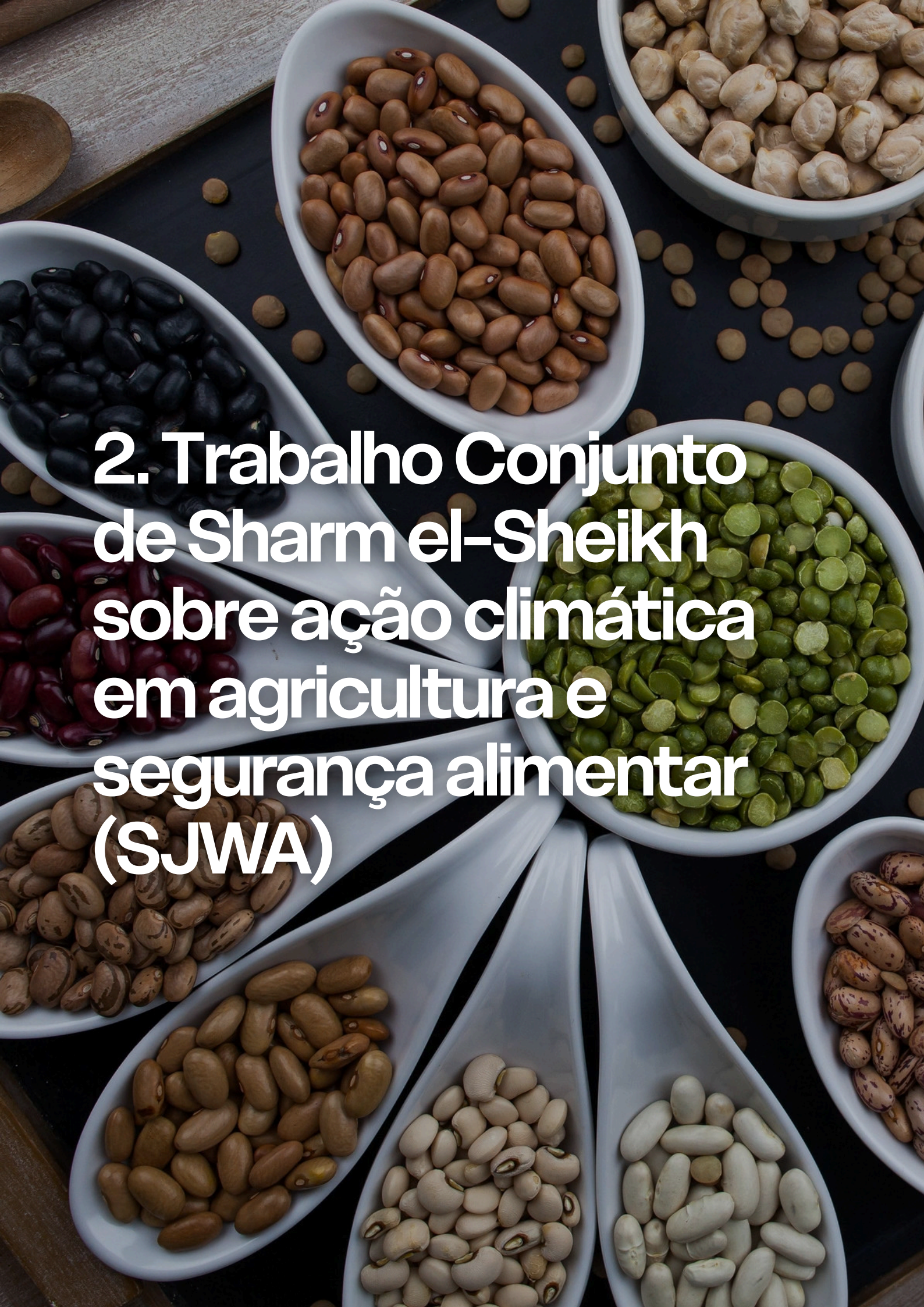
- Valoração dos recursos naturais das propriedades rurais como estratégia para redução do desmatamento, sem penalizar o potencial produtivo.
- Impulsionar o direcionamento do financiamento climático para ações no campo.
- Reconhecimento e incentivo da ação climática nas propriedades rurais por meio de ferramentas que conciliam produtividade e resiliência climática.
- Promoção da produção e uso dos biocombustíveis e energias renováveis na transição energética e afastamento dos combustíveis fósseis.

O que isso significa para o produtor rural?

A Agenda de Ação, ao apoiar iniciativas e projetos concretos, pode aproximar os produtores rurais de ferramentas de financiamento para a adoção de tecnologias de baixo carbono e de medidas que reduzam perdas e riscos para a produção agropecuária.

Os Mapas do Caminho também podem estimular o desenvolvimento de novas políticas nacionais e a construção de consensos internacionais sobre desmatamento. Para o produtor brasileiro, é fundamental que essas iniciativas reconheçam a efetividade do Código Florestal e contribuam para viabilizar o financiamento e a valorização da vegetação nativa conservada nas propriedades, sem comprometer o potencial produtivo das áreas privadas. Isso permite reconhecer e remunerar o esforço dos produtores que conservam o meio ambiente.

No dia a dia, o produtor assume os custos de manutenção das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APPs). A valorização dessas áreas pode transformá-las em ativos capazes de gerar receita e contribuir para remunerar os investimentos realizados na conservação do solo e da água.



2. Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre ação climática em agricultura e segurança alimentar (SJWA)

A agricultura e a segurança alimentar ganharam espaço nas negociações da UNFCCC em razão da elevada vulnerabilidade do setor às mudanças climáticas e de seu potencial único de gerar mitigação, adaptação e co-benefícios. O atual mandato - O Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre a Implementação de Ações Climáticas em Agricultura e Segurança Alimentar – foi criado na COP27 e se organizou em torno de três frentes principais: workshops temáticos, relatórios síntese anuais sobre avanços e lacunas em financiamento e cooperação, e a criação do Portal online de Sharm el-Sheikh, plataforma de compartilhamento de projetos e políticas do setor.



Relatórios síntese: Relatórios que reúnem e consolidam informações de diferentes fontes para apresentar uma visão geral sobre determinado tema.

Com o encerramento do mandato previsto para a COP31, as Partes deverão avaliar os resultados alcançados até aqui e decidir sobre os próximos passos da agenda. As tratativas preliminares na 64ª reunião dos órgãos subsidiários da UNFCCC, em junho de 2026, registraram avanços limitados, adiando a discussão de temas centrais para a conferência de novembro.

O Portal online de Sharm el-Sheikh[4], que reúne projetos e políticas de agricultura e segurança alimentar, facilita a troca de experiências e conecta iniciativas a possíveis fontes de financiamento, também foi abordado no evento. Além das Partes, o portal também aceita contribuições do setor privado e da sociedade civil, consolidando-se como ferramenta relevante para transparência, colaboração e cooperação internacional.

Para o Brasil, o portal representa uma oportunidade estratégica de ampliar a visibilidade de políticas agrícolas bem-sucedidas, como o Plano ABC+, o RenovaBio e o Caminho Verde Brasil. Seu uso eficiente pode atrair recursos, expandir parcerias internacionais e reforçar a posição do país como referência na agricultura de baixo carbono.

Para que a ferramenta cumpra plenamente seu papel, será importante ampliar sua divulgação e estimular a participação de governos, setor privado, organizações internacionais, instituições financeiras e demais atores relevantes.

A COP31 deverá concentrar-se na definição dos próximos passos para a agenda de agricultura e segurança alimentar, incluindo a apreciação dos relatórios publicados durante o mandato do SJWA, a discussão do acesso aos meios de implementação e a definição de um novo arranjo institucional que permita dar continuidade aos trabalhos no âmbito da UNFCCC.

[4] https://docs.unfccc.int/sharm-el-Sheikh-online-portal

A manutenção de um mandato específico para a agricultura e segurança alimentar é de extrema relevância para a evolução dessa agenda dentro da Convenção. Após mais de uma década de negociações sobre a relação entre agricultura e mudanças climáticas, é evidente a contribuição do setor para a ação climática, tanto pelo seu elevado grau de vulnerabilidade quanto pelas soluções que podem ser proporcionadas pela adoção de práticas sustentáveis no campo.

Vale destacar que os grupos de Koronivia e Sharm el-Sheikh evidenciaram a diversidade de abordagens sobre agricultura sustentável e de baixo carbono, reconhecendo que não existe uma solução única para enfrentar impactos da mudança do clima na produção agrícola. Respeitadas as particularidades de cada país, observa-se uma convergência em torno de objetivos comuns, como a preservação dos recursos naturais, a regeneração do solo e a captura de carbono.

O mandato de agricultura deve ser focado em temas relevantes para os produtores rurais e para a produção de alimentos, impulsionando medidas de adaptação para países em desenvolvimento e tratando de temas particulares ao setor agropecuário, como desafios relacionados à transparência e o reconhecimento da sustentabilidade de diversos sistemas produtivos.

É fundamental inaugurar uma nova fase de negociações, que crie bases sólidas para facilitação de acesso ao financiamento climático para a agricultura e afaste uma abordagem única e generalizada para a sustentabilidade da produção agropecuária, reconhecendo as diferentes realidades e contextos produtivos.

[4] https://docs.unfccc.int/sharm-el-Sheikh-online-portal

O que esperamos da COP31: **Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh sobre ação climática em agricultura e segurança alimentar (SJWA)**

- Apreciar os relatórios dos workshops realizados durante a vigência do Grupo de Sharm el-Sheikh;
- Incentivar as Partes a submeterem suas políticas e projetos de agricultura e segurança alimentar ao Portal online de Sharm el-Sheikh, ampliando a representação de experiências nacionais e o compartilhamento de soluções;
- Incluir, no Portal Online de Sharm El-Sheikh, o contato de organizações representativas de produtores rurais, visando conectar as iniciativas e projetos submetidos ao portal ao campo.
- Fomentar o uso estratégico do Portal de Sharm el-Sheikh, consolidando-o como ferramenta eficiente de conexão entre projetos e recursos externos;
- Estabelecer um novo mandato, priorizando temas relacionados à agricultura, adaptação e transparência, visando o reconhecimento das particularidades do setor agropecuário e da sustentabilidade de diversos sistemas produtivos, evitando uma abordagem única e generalizada para a sustentabilidade no setor.

O que isso significa para o produtor rural?

O Trabalho Conjunto de Sharm El Sheikh garante que a agricultura tenha voz própria nas negociações internacionais sobre clima, com foco na segurança alimentar e no reconhecimento das diferentes realidades de produção, especialmente em regiões tropicais.

Na prática, isso significa trabalhar para:

- evitar que questões ambientais sejam usadas para criar barreiras ao comércio de produtos agropecuários;
- ampliar o acesso dos produtores a tecnologias e ferramentas que ajudem a reduzir perdas de safra e os impactos de eventos climáticos;
- facilitar o acesso a financiamento para ações de adaptação e redução de emissões na produção agropecuária; e
- garantir que as políticas de sustentabilidade considerem as condições e os desafios reais enfrentados pelos produtores rurais.

3. Global Stocktake - Balanço Global de Emissões



A COP31 marcará o início da primeira fase de negociações sobre o segundo balanço global, que será aprovado em 2028. Para a CNA, as divergências quanto ao escopo do Global Stocktake (GST), a inclusão dos **relatórios do sétimo ciclo de avaliação (AR7)** do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e os esforços em curso para garantir a implementação, devem permear as discussões do GST.

Global Stocktake - Balanço Global de Emissões: Processo realizado a cada cinco anos para avaliar o progresso coletivo dos países em relação aos objetivos do Acordo de Paris e identificar lacunas e oportunidades para ampliar a ação climática. O GST1 foi concluído em 2023, na COP28, e o GST2, tem previsão de conclusão na COP33.

Na reunião dos órgãos subsidiários, as Partes reconheceram que o GST1 se tornou uma referência para a formulação de NDCs, Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e outras políticas nacionais. Ao mesmo tempo, destacaram que sua operacionalização continua limitada por barreiras institucionais e pela insuficiência dos meios de implementação.

O GST2 inicia de um ponto de partida diferente do GST1. Ao passo que o primeiro ciclo de avaliação foi baseado em relatórios-síntese e contribuições voluntárias, o GST2 conta com insumos provenientes de dois ciclos completos de submissões dos **Relatórios Bienais de Transparência (BTRs)**, o que aumenta o volume de informações nacionais de diversos países.

Relatórios Bienais de Transparência (BTRs): Relatórios apresentados pelos países a cada dois anos com informações sobre suas ações climáticas, incluindo emissões, mitigação, adaptação e apoio financeiro e técnico. Eles fazem parte do sistema de transparência do Acordo de Paris.

Nesse sentido, o segundo Balanço Global também explicitará os desafios relacionados à transparência no regime multilateral, evidenciando a necessidade de constante aprimoramento dos Inventários Nacionais de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Para setores-chave da economia, como a agropecuária, o aprimoramento é especialmente relevante para evitar a criação de medidas de comércio injustificadas e reconhecer a sustentabilidade da produção brasileira a partir de dados consistentes.

Além disso, o financiamento climático ainda é um desafio relevante. Países em desenvolvimento ressaltaram que a escassez de recursos, o elevado custo do capital, a baixa previsibilidade dos fluxos financeiros e as dificuldades de acesso aos fundos climáticos comprometem a implementação dos resultados do GST1. Também foram destacadas limitações relacionadas ao desenvolvimento e à transferência de tecnologia e ao fortalecimento de capacidades.

O que esperamos da COP31: **Global Stocktake**

- Priorizar a robustez científica para orientar o processo;
- Buscar estratégias viáveis para que países em desenvolvimento aprimorem seus reportes nacionais;
- Minimizar lacunas que podem gerar conclusões equivocadas e penalizar países em função de déficits relacionados à transparência.

O que isso significa para o produtor rural?

As avaliações globais de emissões precisam refletir a realidade da agricultura e da pecuária tropicais. Caso contrário, o produtor rural pode ser afetado por exigências inadequadas, rotulagem injusta de seus produtos ou restrições de acesso a mercados.

Por isso, a CNA defende que essas avaliações sejam baseadas em ciência robusta e inventários nacionais precisos, de forma a evitar conclusões equivocadas sobre as emissões do setor agropecuário brasileiro e seus impactos sobre a produção e o comércio.



4. Financiamento climático

A aprovação da **Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG)** de financiamento climático na COP29, em 2024, prevê que os países desenvolvidos devem mobilizar ao menos USD 300 bilhões por ano até 2035 e, de forma ampla, todos os atores, envolvendo países, bancos multilaterais, bancos privados, investidores, filantropias, dentre outros, devem mobilizar conjuntamente ao menos USD 1,3 trilhão por ano até 2035.



Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG): Nova meta internacional de financiamento climático para apoiar países em desenvolvimento, estabelecida no âmbito do Acordo de Paris e destinada a substituir a meta anterior de US$ 100 bilhões anuais.

O Roadmap Baku-Belém de Financiamento apresentado e acolhido pelas Partes na COP30 evidencia os desafios para aumentar os recursos disponíveis e para reduzir as barreiras de acesso a financiamento. Além disso, fortalece o entendimento de que o financiamento será disponibilizado por várias fontes, incluindo doação de países desenvolvidos. A clareza quanto ao fato de que os países desenvolvidos devem mobilizar recursos - o que não significa afirmar que irão doar o montante de USD 300 bilhões por ano - reforça a tônica de que é fundamental diversificar as modalidades de acesso aos meios de implementação.

A decisão do Mutirão Global aprovou o estabelecimento do **Programa de Trabalho de Financiamento Climático (CFWP)**, com duração inicial de dois anos, para dar andamento e discutir os diversos aspectos necessários para evoluir com financiamento. Na 64ª reunião dos órgãos subsidiários da UNFCCC, em junho de 2026, o tema foi tratado no formato de workshop, processo de trabalho no âmbito da UNFCCC voltado a responder questões relacionadas ao financiamento climático, incluindo sua oferta, mobilização, transparência e acesso.



Programa de Trabalho de Financiamento Climático (CFWP): Processo de trabalho no âmbito da UNFCCC voltado a discutir e acompanhar questões relacionadas ao financiamento climático, incluindo sua oferta, mobilização, transparência e acesso.

Apesar de a Presidência da COP30 ter enviado carta ao Secretariado da UNFCCC solicitando a inclusão de item específico sobre financiamento climático nas agendas provisórias da CMA8 e da CMA9, há visões dissidentes quanto a criação de um novo item de agenda ou a adoção de uma decisão formal ao final do programa de trabalho. A oitava reunião da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Acordo de Paris, ocorrerá de 9 a 20 de novembro de 2026, em conjunto com a COP31.

CMA8: Oitava reunião da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Acordo de Paris. A CMA8 ocorrerá de **9 a 20 de novembro de 2026**, em conjunto com a COP31.

O debate sobre a provisão de financiamento pelos países desenvolvidos (Artigo 9.1 do Acordo de Paris) pode obstar avanços importantes relativos a diversidade de fontes de recursos e gargalos de acesso, mas a falta de responsabilidade diferenciada aos países desenvolvidos na provisão de meios de implementação pode aprofundar a assimetria entre as Partes no regime climático multilateral.

A CNA entende, em linha com os princípios da UNFCCC e do Acordo de Paris, que os países desenvolvidos devem tomar a liderança na mobilização dos recursos, o que está plenamente refletido na NCQG. No entanto, é preciso evitar que este seja o único ponto de discussão do programa de trabalho, sob pena do CPWP não conseguir entregar resultados efetivos que permitam ampliar financiamento e implementação de projetos que gerem resultados de mitigação e adaptação.

O Programa deve propiciar a implementação da NCQG, com ênfase na mobilização de recursos provenientes de múltiplas fontes, incluindo o setor privado, bancos multilaterais de desenvolvimento e filantropias, no aprimoramento de instrumentos financeiros, na ampliação de acesso a fundos e investimentos, incluindo questões de garantia, taxas de juros e outros elementos inerentes ao universo de financiamento.

É relevante destacar que financiamento para agricultura ainda é extremamente limitado. O 2º relatório preparado pelo Secretariado da UNFCCC sobre financiamento e cooperação voltados para ações climáticas de agricultura mostra que, em 2025, foram aprovados 29 projetos para adaptação, totalizando US$ 202,2 milhões. Desse montante, 7 projetos (somando US$ 56,8 milhões) foram destinados exclusivamente a agricultura e segurança alimentar, focando em resiliência climática, melhoria dos sistemas agrícolas, fortalecimento dos meios de subsistência e expansão de serviços de conhecimento.

A oferta de recursos de financiamento climático dedicados a agricultura pelos mecanismos financeiros da UNFCCC precisam crescer para apoiar os países com projetos que favoreçam ganhos de adaptação e resultados de mitigação na agricultura. É essencial evoluir de forma pragmática com o Programa de Trabalho de Financiamento Climático, evitando-se uma singularização no debate sobre o papel dos países desenvolvidos na provisão de meios de implementação.

O que esperamos da COP31: Financiamento Climático

- Simplificação do acesso ao financiamento junto a bancos multilaterais de desenvolvimento;
- Desenvolvimento de instrumentos financeiros adequados para projetos de mitigação e adaptação;
- Superação de restrições associadas ao endividamento e ao espaço fiscal limitado dos países em desenvolvimento;
- Avaliação de mecanismos para reduzir os custos de tomada de crédito para financiamento climático;
- Ampliação do acesso a instrumentos de seguro climático;
- Definição de orientações que incentivem o financiamento de projetos geradores de créditos de carbono, em conformidade com as decisões do Artigo 6 do Acordo de Paris.

O que isso significa para o produtor rural?

A ampliação do financiamento climático pode facilitar o acesso do produtor rural a crédito com menor custo e condições mais adequadas, além de ampliar a oferta de seguro agrícola para proteger a produção contra perdas causadas por eventos climáticos.

Na prática, isso significa mais recursos para investir em tecnologias e práticas sustentáveis, como irrigação solar e recuperação de pastagens, e maior proteção diante dos riscos climáticos que afetam a produção.



5. Meta Global de Adaptação (GGA)

Além da meta de limitar o aquecimento global a 1.5ºC, o Acordo de Paris estabelece, entre seus objetivos, o aumento da capacidade adaptativa, o fortalecimento da resiliência e a redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e garantindo uma resposta adequada diante do aumento de temperatura.

Para o setor agropecuário, essa agenda é extremamente relevante. A agricultura está entre os setores mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima e, ao mesmo tempo, desempenha papel fundamental para a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, a definição de indicadores e métricas claras para a adaptação pode contribuir para orientar políticas públicas, identificar lacunas e direcionar investimentos para medidas que fortaleçam a resiliência climática dos sistemas produtivos.

Como resultado de um processo técnico de dois anos, a COP30 aprovou um conjunto de 59 indicadores de adaptação, dos quais cinco são voltados à agricultura e segurança alimentar:

- Proporção da área agrícola sob práticas e tecnologias de adaptação;
- Implementação de quadros institucionais para transferência de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e assistência técnica voltados à adaptação;
- Nível de áreas degradadas sob gestão para produção alimentar e agrícola;
- Nível de produtividade em áreas sob gestão para produção alimentar e agrícola; e
- Proporção da população com acesso equitativo à alimentos e à nutrição adequada.

Para viabilizar a aplicação desses indicadores pelos países, foi estabelecida a Visão Belém - Addis, processo de alinhamento político apoiado por uma força-tarefa responsável por aperfeiçoar metodologias e metadados, o que permitirá sua aplicação de forma consistente, respeitando as particularidades, capacidades e prioridades nacionais. Na oportunidade, as Partes não alcançaram consenso sobre a composição dessa força-tarefa durante a reunião dos órgãos subsidiários, adiando o início dos trabalhos e, consequentemente, a operacionalização da nova etapa da GGA. As divergências incidem sobre a governança do processo: enquanto os países desenvolvidos defendem um grupo formado por especialistas independentes, os países em desenvolvimento têm defendido uma ação orientada pelas Partes, capaz de refletir as diferentes circunstâncias nacionais. A definição dessa estrutura deverá, portanto, ser um dos temas centrais da COP31.

Em Belém, as Partes assumiram o compromisso de triplicar os recursos para adaptação até 2035, alcançando US$ 120 bilhões, valor que será contabilizado dentro da Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG). Ainda assim, os números seguem distantes da realidade: estimativas do Grupo de Especialistas Independentes de Alto Nível sobre Financiamento Climático apontam que os países em desenvolvimento, excluída a China, precisam de cerca de US$ 400 bilhões por ano até 2035 para atender às necessidades de adaptação e resiliência[5].

Para a CNA, a adaptação constitui um pilar central da agenda climática, sobretudo para fortalecer a resiliência do setor agropecuário aos impactos climáticos. A vulnerabilidade da agricultura demanda estratégias de adaptação efetivas e urgentes, capazes de aumentar a resiliência dos sistemas agropecuários, como a adoção de sistemas integrados e a recuperação e conservação da vegetação nativa.

Embora os impactos climáticos sejam globais, a adaptação deve ocorrer a nível local, o que exige coordenação entre diferentes atores. Nesse sentido, o Plano Setorial de Adaptação, eixo integrante do Plano Clima, ocupa papel de destaque, reunindo ações de enfrentamento às mudanças climáticas até 2035.

O que esperamos da COP31: **Meta Global de Adaptação**

- Garantir que as metodologias e os metadados dos indicadores contemplem adequadamente as especificidades do setor agropecuário e fortaleçam a ação climática em agricultura e segurança alimentar;
- Reforçar a necessidade de ampliar o acesso a financiamento, transferência de tecnologia e capacitação para países em desenvolvimento, como condição fundamental para ampliar as ações de adaptação;
- Reconhecer a importância na adoção de boas práticas que contribuam para a adaptação e para o fortalecimento da resiliência dos sistemas produtivos;
- Promover programas de capacitação e cooperação técnica voltados aos países em desenvolvimento, de modo a apoiar a implementação dos indicadores;
- Assegurar que o avanço da GGA esteja acompanhado de meios de implementação adequados, reconhecendo que o estabelecimento de indicadores não garante resultados concretos em adaptação.

[5] Independent High-Level Expert Group on Climate Finance. Delivering an integrated climate finance agenda in support of the Baku to Belém roadmap to 1.3T. Disponível em: https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/publication/delivering-an-integrated-climate-finance-agenda-in-support-of-the-baku-to-belem-roadmap-to-1-3t/

O que isso significa para o produtor rural?

A definição de indicadores práticos em adaptação, como a recuperação de solos degradados e a manutenção da produtividade, pode orientar políticas públicas, investimentos e recursos para tornar a produção mais resiliente aos impactos das mudanças climáticas.

Para o produtor rural, essa agenda está diretamente relacionada à capacidade de enfrentar eventos climáticos extremos e variações do clima, como secas, ondas de calor, chuvas intensas e os efeitos de fenômenos como El Niño e La Niña, que podem afetar a produtividade e aumentar os riscos de perdas. Na prática, medidas como sistemas integrados de produção, recuperação e conservação do solo e outras práticas de manejo ajudam a reduzir a vulnerabilidade da produção e manter a produtividade mesmo diante de condições climáticas adversas.



6. Programa de Trabalho sobre Transição Justa

O Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP), instituído na COP27, busca projetar caminhos justos e equitativos para o cumprimento do Acordo de Paris, considerando energia, força de trabalho, proteção social, aspectos socioeconômicos e prioridades nacionais. Na COP30, as Partes avançaram ao criar o Mecanismo de Transição Justa (JTM), voltado a fortalecer cooperação internacional, assistência técnica, capacitação e troca de conhecimento.

Com o mandato do JTWP se encerrando em novembro, a COP31 deve tratar de três frentes: adoção dos termos de referência para a revisão do programa, consolidação das mensagens dos diálogos realizados e avanço na operacionalização do novo mecanismo.

O desenho do JTM ainda é incerto e reflete um impasse entre dois blocos: países em desenvolvimento defendem uma estrutura permanente capaz de mobilizar financiamento, tecnologia, capacitação e cooperação, além de endereçar barreiras estruturais como medidas unilaterais de comércio; já os países desenvolvidos argumentam que financiamento já é tratado em outros mandatos e preferem que o JTM atue em coordenação com mecanismos existentes, sem criar novos órgãos ou instrumentos financeiros permanentes. A COP31 deverá avançar na definição de objetivos, funções e governança do mecanismo.

Para a CNA, a transição justa não deve seguir um modelo único, devendo respeitar circunstâncias nacionais, níveis de desenvolvimento e particularidades produtivas, o que é especialmente relevante para a agricultura, dada sua ligação com emprego, segurança alimentar e ação climática. As discussões também devem considerar os riscos de medidas climáticas unilaterais que criem barreiras comerciais, já que políticas que elevem custos de exportação ou restrinjam acesso a mercados podem impactar desproporcionalmente países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

O que esperamos da COP31: **Programa de Trabalho sobre Transição Justa**

- Ressaltar os cobenefícios gerados pela agricultura, como geração de empregos, fortalecimento das economias locais e contribuição para a segurança alimentar, bem como reforçar a importância da sucessão rural para garantia de uma transição justa nos sistemas alimentares;
- Reforçar a diversidade de caminhos para transições justas e equitativas, evitando a imposição de barreiras comerciais que aumentam os custos de exportações e pressionam as economias nacionais;
- Garantir que as discussões sobre transição justa não legitimem medidas comerciais unilaterais com justificativas climáticas, reconhecendo os impactos desproporcionais desses instrumentos sobre os países em desenvolvimento.

O que isso significa para o produtor rural?

A transição para uma agricultura de baixo carbono precisa considerar as realidades e condições de cada região, reconhecendo a importância da atividade agropecuária para a geração de emprego e renda no campo e para o desenvolvimento dos países.

Para o produtor rural, isso significa que as mudanças necessárias para reduzir emissões devem vir acompanhadas de condições para manter a renda e o sustento das famílias rurais e ampliar as oportunidades no campo. Também significa criar condições para a sucessão rural, permitindo que as novas gerações tenham perspectivas de permanecer e produzir no campo.

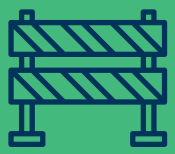


7. Comércio internacional e mudanças do clima

A crescente adoção de medidas comerciais com objetivos climáticos vem ampliando a interface entre as agendas de comércio e clima. Embora essas duas dimensões estejam cada vez mais integradas, ainda são tratadas de forma fragmentada, o que dificulta uma avaliação mais abrangente sobre os impactos econômicos, comerciais e ambientais dessas medidas.

Para os países em desenvolvimento, essa discussão é de extrema relevância. Ao mesmo tempo em que precisam mobilizar recursos para promover sua própria transição para uma economia de baixo carbono enfrentam novas exigências regulatórias e medidas comerciais que podem elevar os custos de exportação e afetar seu acesso aos mercados internacionais.

A COP30 representou um avanço importante nesse debate. Pela primeira vez na história das COPs, uma decisão no âmbito da UNFCCC fez referência às **medidas comerciais unilaterais** e à necessidade de evitar políticas climáticas que resultem em tratamento arbitrário ou injustificável. Como desdobramento, foi estabelecido um processo de diálogo sobre comércio e clima, composto por três encontros entre 2026 e 2028, que deverá culminar em um evento ministerial de alto nível e na publicação de um relatório final.



Medidas Comerciais Unilaterais: Medidas relacionadas ao comércio adotadas por um país ou bloco sem um acordo conjunto com outros países, que podem afetar o comércio internacional em função de critérios climáticos ou ambientais.

O primeiro desses diálogos foi realizado durante a reunião interseccional de Bonn, em junho de 2026, marcando a primeira discussão formal sobre comércio e clima em um fórum da ONU. O debate evidenciou as diferentes visões existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Enquanto estes expuseram preocupações relacionadas aos impactos comerciais de medidas climáticas, como o Regulamento Antidesmatamento da União Europeia (EUDR) e o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), os países desenvolvidos defenderam a legitimidade desses mecanismos como instrumentos para apoiar seus objetivos climáticos e reduzir o risco de vazamento de carbono.

O diálogo também trouxe à tona temas importantes, como a necessidade de ampliar a transparência de medidas comerciais, fortalecer iniciativas de capacitação e apoio financeiro para adequação às novas exigências regulatórias e desenvolver mecanismos de equivalência capazes de reconhecer diferentes abordagens nacionais para o enfrentamento da mudança do clima.

Embora este seja um tema sensível entre as Partes, sua inclusão na agenda climática representa um passo importante, fomentando a discussão sobre a legitimidade e os reais impactos dessas medidas. A aproximação entre as agendas de comércio e clima é fundamental para evitar que políticas voltadas à redução de emissões resultem, na prática, em fragmentação regulatória ou em novas barreiras ao comércio internacional.

Paralelamente às negociações formais, ganha destaque o Fórum Integrado de Comércio e Mudança do Clima (IFCCT), lançado sob a agenda de ação da COP30. Liderado pelo Brasil e Austrália, o fórum busca proporcionar um espaço de alto nível para explorar soluções práticas na interseção entre política comercial, ações climáticas e prioridades nacionais de desenvolvimento.

Para a CNA, deve-se priorizar um sistema comercial aberto e favorável ao crescimento econômico, evitando a imposição de medidas que constituam restrições disfarçadas ao comércio internacional. A evolução dessa agenda dentro da UNFCCC deve caminhar rumo à equivalência entre diferentes políticas climáticas, reduzindo barreiras comerciais, evitando a fragmentação regulatória e contribuindo, de fato, para o enfrentamento da mudança do clima.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer a diversidade de soluções disponíveis para a ação climática, respeitando as particularidades de cada país. A agricultura apresenta características, sistemas produtivos e condições ambientais que variam significativamente entre países e regiões, não sendo adequada a imposição de abordagens únicas para o combate à mudança climática.

No caso brasileiro, a agricultura de baixo carbono, apoiada por políticas como o Plano ABC+, integra um conjunto de ações voltadas simultaneamente à mitigação, à adaptação, ao aumento da resiliência e à produção sustentável.

A transição para uma economia de baixo carbono dependerá da adoção e do desenvolvimento de novas tecnologias, da implementação de políticas públicas adequadas e, sobretudo, da disponibilidade de financiamento em escala. Esses elementos também devem ser considerados na interface entre comércio e clima. A imposição de exigências comerciais sem o correspondente apoio à implementação pode ampliar assimetrias entre países e restringir a participação dos países em desenvolvimento. O avanço dessa discussão no âmbito da UNFCCC representa uma oportunidade para promover maior coerência entre políticas climáticas e comerciais e assegurar que os instrumentos adotados contribuam efetivamente para o enfrentamento à mudança do clima, sem gerar restrições injustificadas ou desproporcionais.

O que esperamos da COP31: **Comércio internacional e mudanças do clima**

- Incentivar o direcionamento de meios de implementação à agricultura de baixo carbono, seja no âmbito do programa de trabalho, seja no novo mecanismo de transição justa;
- Fomentar a continuidade e o aprofundamento das discussões sobre clima e comércio no âmbito da UNFCCC, aproximando as duas agendas;
- Promover a interoperabilidade entre medidas comerciais relacionadas ao clima, reduzindo a fragmentação regulatória e o risco de criação de novas barreiras ao comércio;
- Desenvolver e fortalecer mecanismos de equivalência, capazes de reconhecer diferentes políticas, instrumentos e abordagens nacionais para o combate à mudança do clima, considerando as circunstâncias, capacidades e desafios de cada país;
- Coibir medidas que constituam barreiras disfarçadas ao comércio internacional, priorizando um sistema econômico aberto, previsível e favorável ao crescimento econômico e ao desenvolvimento;
- Reconhecer a diversidade das ações climáticas em agricultura e segurança alimentar, incluindo suas contribuições para a mitigação, a adaptação e a geração de cobenefícios.

O que isso significa para o produtor rural?

A agenda busca evitar que exigências ambientais unilaterais se transformem em barreiras ao comércio, defendendo que as políticas ambientais de diferentes países sejam estabelecidas de forma justa e equilibrada. Exemplos incluem regras como o EUDR e o CBAM, que podem estabelecer novas exigências para produtos comercializados internacionalmente de maneira desproporcional.

Para o produtor rural, essas regras podem afetar diretamente a venda de commodities como soja, carne e café, ao aumentar os custos com burocracia, rastreabilidade e certificação ou dificultar o acesso a determinados mercados. Por isso, é importante que novas exigências ambientais considerem as condições de produção e evitem criar custos ou restrições desproporcionais para quem produz.



8. Programa de Trabalho de Mitigação

O Programa de Trabalho de Mitigação (MWP) tem como objetivo ampliar a ambição e a mitigação ainda nesta década. Desde 2022, suas atividades têm se concentrado na realização de diálogos globais anuais e eventos de investimentos, destinados a promover a troca de experiências, identificar oportunidades e aproximar iniciativas de mitigação a potenciais financiadores.

Próximo do encerramento de seu mandato, a revisão do programa integrará a agenda de negociação da COP31. Embora haja certo consenso quanto à continuidade do MWP, persistem divergências sobre seu escopo, sua função e sua relação com os resultados do balanço global.

Um dos principais pontos de debate diz respeito à própria natureza do MWP. Por ser o único foro na UNFCCC dedicado à discussão de temas de mitigação, algumas Partes defendem que o programa permaneça como espaço para troca de experiências e boas práticas. Outras, no entanto, propõem estabelecer uma relação mais explícita com o GST, de modo a orientar o aumento da ambição climática e a implementação das medidas necessárias para o alcance dos objetivos do Acordo de Paris.

Esse enfoque, contudo, é visto com ressalvas por parte dos países, que defendem a manutenção da natureza nacionalmente determinada do Acordo de Paris. Na visão desses países, um vínculo mais direto entre o MWP e o GST poderia resultar em orientações que extrapolam o caráter facilitador do programa, influenciando, de forma indireta, a formulação de políticas públicas.

Apesar das diferentes visões das Partes, há convergência quanto à necessidade de aprimorar a conexão entre oportunidades de mitigação e potenciais apoiadores. Os eventos de investimento realizados no âmbito do MWP ganham destaque como instrumentos para aproximar projetos e iniciativas de bancos multilaterais de desenvolvimento, investidores, provedores de tecnologia e mecanismos voltados à preparação e estruturação de projetos.

A expectativa é que, em novembro, os países avancem na deliberação sobre o funcionamento e a efetividade do MWP, definição que será determinante para sua continuidade após a COP31.

O que esperamos da COP31: **Programa de Trabalho de Mitigação**

- Na renovação de mandato, buscar resultados efetivos e quantificáveis voltados à mitigação, fortalecendo o vínculo do programa com o acesso a financiamento e outros meios de implementação;
- Fomentar a troca de experiência e boas práticas entre os países, demonstrando a ampla variedade de soluções proporcionadas pelos mais diferentes setores;
- Aprimorar a conexão entre oportunidades de mitigação a potenciais fontes de financiamento;
- Reconhecer os esforços do setor agropecuário na adoção de práticas sustentáveis que reduzem as emissões de GEE e aumentam o sequestro de carbono no solo;
- Reconhecer as particularidades e incertezas relacionadas à mitigação de emissões na agropecuária e no setor de uso da terra.

O que isso significa para o produtor rural?

A agenda busca reconhecer e valorizar práticas agrícolas que reduzem as emissões de gases de efeito estufa e aumentam a fixação de carbono no solo, aproximando os produtores de oportunidades de financiamento e remuneração por esses resultados.

Para o produtor rural, isso significa que práticas já adotadas no dia a dia, como o plantio direto e a fixação biológica de nitrogênio, podem ter seus benefícios climáticos reconhecidos e valorizados, criando oportunidades para financiar investimentos, melhorar a produtividade e remunerar os esforços de conservação e redução de emissões.

Perspectivas Pós COP31

A COP31 consolida uma nova fase do multilateralismo climático, em que as Partes precisam desenvolver estratégias de implementação ao mesmo tempo que avançam em temas-chave da agenda de negociações, como transparência, agricultura e financiamento.

É fundamental que as negociações apontem para um ambiente internacional comprometido com a ação climática e viabilizador do desenvolvimento das Partes do Acordo de Paris, evitando a perpetuação de assimetrias históricas entre o Sul e o Norte Global, a criação de barreiras comerciais injustificadas e uma definição de sustentabilidade que não se adapta às diversas realidades nacionais.

Esperamos que a COP31 defina caminho claro para viabilização da renovação do mandato de agricultura na COP32, criando condições para que as discussões gerem resultados operacionáveis e que reconheçam a diversidade de sistemas produtivos e suas necessidades.

Além das negociações internacionais, o Brasil precisa proporcionar, internamente, um ambiente favorável para o reconhecimento da sustentabilidade da produção agropecuária brasileira e para a ampliação da adoção de práticas sustentáveis no campo. Isso se dará a partir do investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento, do engajamento institucional para aprimoramento dos inventários nacionais e do desenvolvimento de novas estratégias de financiamento destinado à sustentabilidade na agropecuária.

Esperamos ainda, que o setor agropecuário brasileiro seja considerado um pilar fundamental para a plena implementação dos compromissos climáticos do país, a partir do reconhecimento dos esforços dos produtores rurais para a conservação dos recursos naturais, para a adoção de tecnologias sustentáveis e para a garantia da segurança alimentar global.


CNA
SENAR
ICNA